DELIBERAÇÃO CEE N° 13/75.

Estabelece normas para fixação e reajuste das anuidades escolares e outros serviços educacionais no sistema do ensino do Estado de São Paulo, para o ano de 1975.

O Conselho Estadual de Educação, na sua 619ª sessão plenária, realizada no dia 16/04/75, ao uso de suas atribuições e de acordo com o que dispõe o Decreto-lei n° 532, de 16 de abril de 1969, nos termos do Parecer n° 4.103/74 e das Resoluções n°s 34 e 35/74, do Conselho Federal de Educação, homologadas pelo C.I.P. e a vista da Indicação n° 1/75, da Comissão de Encargos Educacionais, considerando a conveniência de manter as normas da Deliberação CEE n° 14/71, no que couber, e considerando a necessidade de compatibilizar as suas normas com as instruções emanadas do Conselho Federal de Educação para a fixação e reajuste de anuidades escolares em 1975.

DELIBERA:

Artigo 1º - Os estabelecimentos de ensino de qualquer grau e natureza, portanto, inclusive os que ministrem cursos livres ou supletivos, sediados no Estado de São Paulo e não vinculados ao sistema federal, deverão enviar ao Conselho Estadual de Educação, dentro do prazo de 90 dias, a contar da data da publicação desta Deliberação, sua tabela de anuidades escolares fixadas ou reajustadas para o ano de 1975, acompanhada do formulário oficial, um para cada curso, devidamente preenchido, ou a documentação contábil.

§ 12 - Os estabelecimentos de ensino que tendo cumprido nos anos anteriores as disposições do Dec.-lei, 532/69, e as Normas Disciplinadoras das anuidades e que, entretanto, não enviarem seu pedido de reajuste dentro do prazo referido neste artigo, não poderão reajustar suas anuidades para 1975, além de 30%

sobre as de 1974, até que, em processo especial tenham obtido autorização do Conselho Estadual de Educação para exercitar o reajuste que lhes tiver sido concedido.

§ 2º - Os estabelecimentos de ensino que não tiverem cumprido, nos anos anteriores, as disposições do Dec.lei 532/69, e as Normas Disciplinadoras das anuidades escolares, em especial, quanto a solicitação da fixação ou reajuste de suas anuidades, estão impedidos de efetuar qualquer reajuste em 1975, salvo quando em processo especial, com juntada dos formulários preenchidos desde o ano de 1970, sejam expressamente autorizados pelo Conselho Estadual de Educação.

Artigo 2º - Para a fixação inicial ou para o reajuste de anuidades escolares para o ano de 1975, os estabelecimentos de ensino preencherão o formulário oficial adotado.

§ 1º - Pela aplicação da fórmula $50 \times S$, já explicitada na Deliberação CEE nº 14/71, será calculada a anuidade escolar que vigorará no ano de 1975 (anuidade-fórmula para 1975).

§ 2º - Se a anuidade-fórmula para 1975 resultar menor ou igual à anuidade fixada para 1974, acrescida de 30%, aquela anuidade-fórmula é a que deve vigorar para 1975.

§ 3º - Se a anuidade-fórmula para 1975 resultar maior que a anuidade fixada para 1974, acrescida do 30%, e o estabelecimento desejar reajuste, para 1975, de apenas 30%, eu menos de 30%, ainda assim deverá apresentar ao Conselho Estadual de Educação o formulário, devidamente preenchido, juntamente com a pretensão do reajuste para sua aprovação.

§ 4º - Se a anuidade-fórmula para 1975 resultar maior do que a anuidade fixada para 1974, acrescida de 30%, e o estabelecimento desejar reajuste maior do que 30% para 1975, deverá indicar a taxa de reajuste pretendida, para julgamento do Conselho Estadual de Educação.

Artigo 3º - Para a determinação do "S" da fórmula $50 \times S$, deverá ser tomado o salário efetivamente pego aos professores em 1974, acrescido do reajuste salarial que for estabelecido por acordo inter-sindical, ou decisão judicial.

PARÁGRAFO ÚNICO: - Entende-se por salário médio mensal, respectivamente, por turma ou por curso, a media por turma dos salários de um mês de todo o corpo docente, sem inclusão de qualquer encargo social, e calculado segundo as normas em vigas

Artigo 4º - Em relação ao ano anterior a majoração dos preços de alimentação e serviços de internato não poderá ultrapassar a 39%; e no caso de semi-internato a 23%; a majoração dos preços de transporte escolar e dos de qualquer atividades extra-classe, livres e facultativas, não poderá ser superior a 23%.

Artigo 5º - A anuidade escolar cobre o custo do ensino, quota de investimentos, despesas de matrícula, primeira via da caderneta ou documento de identidade escolar, atividade de laboratório, material de ensino para uso didático obrigatório coletivo, material de provas e exames, documentos para fins de transferências e certidão ou certificado de conclusão do curso.

Artigo 6º - Admitir-se-á, de acordo com o Parecer CFE nº 1078/73, a cobrança de taxas pelos seguintes serviços:

- a) 2ª chamada, até 10% do Salário Mínimo Regional;
- b) 2ª via de documentos de conclusão de Curso, ate 10% do Salário Mínimo Regional;
- c) 2ª via de transferência, até 5% do Salário Mínimo Regional;
- d) Cópia oficial do Currículo, até 5% do Salário Mínimo Regional;
- e) Atestados, Declarações, Certidões, até 5% do Salário Mínimo Regional;
- f) Multas de Mora, ate 10% sobre o valor da dívida;
- g) As taxas de dependências, adaptações e estudos de recuperação, deverão ser estipulados de acordo com o custo da disciplina dentro do valor global da anuidade, isto é, pela divisão da anuidade pelo nº de disciplinas na série, tomando-se em consideração, o nº de aulas semanais da disciplina.

No caso de recuperação só serão cobradas as aulas efetivamente dadas.

Artigo 7º - As escolas superiores vinculadas ao sistema estadual de ensino que desejarem reajustar suas anuidades para 1975, em até 30/96, poderão fazê-lo livremente, devendo apenas comunicar esta decisão à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação.

Artigo 8º - As escolas superiores, vinculadas ao sistema estadual de ensino que necessitarem de reajuste maior que 30%, deverão solicitá-lo à Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação, juntando com o pedido, os seguintes documentos:

- 1) balanço dos três últimos anos anteriores ao da Solicitação;
- 2) conta de lucros e perdas de igual período;
- 3) balancete dos três últimos meses antecedentes ao mês da solicitação (quando o último balanço não estiver fechado);
- 4) guia de recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do INPS, relativa ao mês anterior ao da solicitação;
- 5) salários-aula referentes aos três últimos exercícios e ao de 1975;
- 6) número de turmas (classes) do exercício anterior o do exercício em curso;
- 7) número de matrículas por curso, dos três últimos anos e do ano em curso;
- 8) número de bolsas de estudo do ano em curso (anuidades gratuitas integrais e as resultantes da globalização dos descontos);
- 9) número de horas-aula por turma e por curso do ano em curso;
- 10) anuidades por curso dos anos anteriores, a partir de 1970;
- 11) previsão orçamentária para 1975, com salários reajustados para 1975 e anuidades de 1974 reajustadas para 1975 em 30%;

- 12) previsão orçamentária para 1975, com salários reajustados para 1975 e anuidades de 1974 reajustadas com o percentual no reajuste solicitado acima de 30%.

Artigo 9º - Ficam dispensados do atendimento às normas fixadas para as anuidades e taxas escolares e deverão merecer exame caso a caso, conforme as peculiaridades que apresentem, as escolas que recebam menores excepcionais deficientes, bem como os cursos que, por sua natureza específica, dão atendimento individual ao aluno ou atendam em turmas de efetivo inferior a dez alunos.

Artigo 10º - Os cursos livres e os de suprimento ou de suplência correspondente ao nível superior, que não cumpram as determinações do Decreto-lei nº 532/69 e as normas disciplinadoras das anuidades escolares, ficarão impedidos de continuar funcionando a partir do ano seguinte, até que o Conselho Estadual de Educação verifique ter sido corrigida a irregularidade. Mesmo que não efetuem reajustes e sendo variados os tipos e modalidades dos cursos livres, de suprimento ou suplência eles deverão justificar seus preços dentro de 90 dias da publicação desta Deliberação a Comissão de Encargos Educacionais do Conselho Estadual de Educação oferecendo-lhe, para comprovação contábil os elementos referidos no art. 8º.

Artigo 11º - O Conselho Estadual de Educação comunicará ao Conselho Federal de Educação qualquer descumprimento das normas legais, para as providências cabíveis junto ao C.I.P. (Conselho Interministerial de Preços) atendendo ao que dispõe o Art. 22 do Decreto-lei nº808/69.

Artigo 12º - O estabelecimento deverá afixar em lugar adequado para conhecimento dos alunos, a cópia do documento que autorizou a anuidade a ser cobrada.

Art.13-Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação. Aprovada, por unanimidade, na 619ª sessão plenária, hoje realizada.

Sala "Carlos Pasquale", 16 de abril de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito Marret Vaz Guimarães

Presidente